

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 29.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 28 de abril de 1971 — (Quarta-feira)**

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Queilse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggieti Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Junior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes, os srs. deputados Ivo Tomazoni, Erondy Silverio e Jorge Sato (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede a leitura da ata anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**MENSAGENS:**

Curitiba, 26 de abril de 1971.

**MENSAGEM 5/71**

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 28 de outubro de 1970, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da Diretoria Estadual do Paraná, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando estabelecer condições para a execução de pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa

o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

Convênio que entre si fazem o Ministério da Agricultura, através da Diretoria Estadual do Paraná, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura do Governo do Estado do Paraná, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, e o Banco do Estado do Paraná Sociedade Anônima, objetivando estabelecer condições para a execução de pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná.

Aos 28 dias do mês de outubro de 1970, o Ministério da Agricultura, daqui por diante referido como MINISTÉRIO, através da Diretoria Estadual do Paraná representada por seu Diretor, Dr. João Palma Moreira, por Delegação de Competência — Portaria n.º 436 de 19-10-1970; a Secretaria dos Negócios da Agricultura do Governo do Estado do Paraná, daqui por diante referida como SECRETARIA, representada pelo seu Titular Dr. Oscar Felipe Loureiro do Amaral, a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, daqui por diante referida como CAFÉ DO PARANÁ, e, o Banco do Estado do Paraná Sociedade Anônima, daqui por diante referida como BANCO; firmam o presente, para a execução de um Projeto de Pesquisas de Previsão de Safras no Estado do Paraná, aprovando e convencionando o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — O presente Convênio tem por finalidade estabelecer condições para a execução de pesquisas de previsão de safras, no Estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA — A execução dos serviços a serem procedidos ficará totalmente a cargo da Comissão de Estudos de Previsão de Safras do Paraná (CEPRES).

CLAUSULA TERCEIRA — Os trabalhos da CEPRES serão executados através de um projeto específico, objetivando estruturar e executar serviços de pesquisas para previsão de safras, baseado em processo científico de amostragem estatística.

CLAUSULA QUARTA — O Projeto referido na cláusula precedente deverá ser elaborado pela Secretaria Executiva da CEPRES e apresentado aos convenientes, para aprovação até 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente Convênio.

CLAUSULA QUINTA — As partes convenientes assistirá o direito de proceder a qualquer época, julgada conveniente, a fiscalização dos serviços da CEPRES executados em decorrência do presente Convênio, assim como da aplicação de recursos fornecidos pelas partes convenientes para a execução dos serviços programados a fim de atender aos objetivos deste Convênio.

CLAUSULA SEXTA — As partes convenientes reunir-se-ão, por convocação de qualquer uma delas, nas cidades de Brasília-DF, em Curitiba no Estado do Paraná, devendo a chamada ser procedida com um prazo mínimo de trinta dias

CLAUSULA SÉTIMA — A coordenação das reuniões dos convenientes caberá ao Coordenador Técnico da CEPRES, em sua ausência ou impedimento ao Subcoordenador.

CLAUSULA OITAVA — Os convenientes comprometem-se através do presente Convênio a fornecer recursos financeiros para a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira.

CLAUSULA NONA — A participação financeira dos convenientes fica condicionada à prévia definição das despesas referidas no Projeto.

CLAUSULA DÉCIMA — O orçamento do Projeto para o exercício de 1970, será atendido com os recursos dos convenientes, na seguinte proporção:

a) Ministério . . . . .	Cr\$ 34.500,00
b) Café do Paraná . . . . .	Cr\$ 10.000,00
c) Banco . . . . .	Cr\$ 10.000,00

Para o corrente exercício os recursos do Ministério correrão à conta do Projeto "Previsão de Safras", elementos despesas 02.02.244, e nos exercícios subsequentes, à conta do respectivo Orçamento e no montante que fôr fixado.

A contrapartida da Secretaria para a execução do Projeto compreende:

a) Pessoal

- 3 — (três) Engenheiros Agrônomos na sede da CEPRES.
- 4 — (quatro) Técnicos de nível médio, na sede da CEPRES.
- 5 — (cinco) Engenheiros Agrônomos, para trabalhos de campo, das Casas Rurais da Secretaria, com respectivos veículos.

b) Material

- 3 — (três) veículos, na sede
- 2 — (duas) salas devidamente mobiliadas e convenientemente instaladas, para os trabalhos da CEPRES.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Os recursos atribuídos ao presente Convênio, serão recolhidos ao Banco do Estado do Paraná S.A. em conta titulada "CONVÊNIO PREVISÃO DE SAFRAS—PARANÁ" e movimentadas pelo Coordenador Técnico em conjunto com o Sub-Coordenador da CEPRES.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Os suprimentos serão liberados de acôrdo com o cronograma financeiro do Projeto.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA — O prazo do presente Convênio é de 5 (cinco) anos, a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, que se dará após o necessário registro do presente no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, podendo ser prorrogado mediante a concordância de todas as partes convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA — Os casos omissos e as dúvidas que por ventura surgirem serão resolvidas e dirimidas de comum acôrdo pelos convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA — Além do assentimento das partes convenientes o inadimplemento de qualquer cláusula ou condições deste Convênio implica na sua automática rescisão, independente de aviso ou notificação judicial ou extra-judicial.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA — Fica eleito o Fôro da União para dirimir as dúvidas suscitadas na execução deste Convênio.

E para constar e como prova do que ficou pactuado, firmam o presente termo em 8 (oito) vias de um só teor e forma perante as testemunhas instrumentárias para que produza os legítimos efeitos de direito.

João Palma Moreira — P/ Ministério da Agricultura

Oscar F. Loureiro de Amaral — P/ Secretaria da Agricultura

Renato Sebastião Artimont — P/ Café do Paraná

Aloivo Bringel Guerra — P/ Banco do Estado do Paraná S.A.

TESTEMUNHAS:

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

Confere com o original

26-4-71

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 6/71

Curitiba, 26 de abril de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva incorporar aos vencimentos do funcionalismo estadual o abôno provisório concedido através da lei n.º 6.169, de 10 de novembro de 1970 e majorar os mesmos vencimentos em 10% (dez por cento), conforme especifica, vantagens essas que alcançam os Funcionários Civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas e os Servidores Militares do Estado.

Na forma do disposto no art. 93, da Constituição Estadual, o anteprojeto

de Justiça do Estado, estendendo-se, face dispositivos de leis estatutárias à toda a Magistratura e ao Ministério Público.

Os estudos que precederam a elaboração do anteprojeto de lei, foram realizados em consonância com a legislação existente sobre a matéria e com a atual conjuntura estadual, e, na fixação dos índices do aumento ao funcionalismo, procurou-se manter o necessário equilíbrio dêsse título de despesa pública, conforme determina a Constituição do Estado.

Para atendimento às despesas com a implantação da majoração de vencimentos objetivada, o anexo anteprojeto de lei prevê autorização para abertura de créditos adicionais que fizerem necessários.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. O abôno provisório de 20% (vinte por cento), de que trata o art. 3.º, da lei n.º 6.169, de 10 de novembro de 1970, fica incorporado aos respectivos vencimentos, a partir de 1.º de maio do corrente ano.

Art. 2.º. O abôno provisório a que se refere o art. 1.º da lei n.º 6.169, de 10 de novembro de 1970, fica, a partir de 1.º de maio do corrente ano, incorporado aos respectivos postos ou graduações dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Art. 3.º. Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e a remuneração das funções gratificadas dos funcionários civis do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Tribunal de Contas e dos Servidores Militares do Estado, ficam majorados em 10% (dez por cento), a partir de 1.º de agosto de 1971.

Art. 4.º. Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, os vencimentos dos Desembargadores são majorados em 30% (trinta por cento), a partir de 1.º de maio do corrente ano (Art. 93 da Constituição Estadual).

Art. 5.º. O salário família e esposa fica fixado em Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) e as pensões especiais pagas pelo Estado são majoradas para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a partir de 1.º de agosto do ano em curso.

Art. 6.º. A incorporação e a majoração a que se referem os artigos 1.º e 3.º, desta lei, não incidirão nem servirão de base ao cálculo das vantagens instituídas pela lei n.º 6.120 de 1.º de julho de 1970 e pelo art. 3.º da lei n.º 6.156, de 2 de outubro do mesmo ano, vantagens essas que, em conseqüência, permanecem com seus valores inalterados.

Art. 7.º. A incorporação e a majoração de que trata a presente lei, aplica-se, na mesma proporção e vigência, ao respectivo pessoal inativo e em disponibilidade.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto neste artigo, será obedecido o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado ou posto em disponibilidade.

Art. 8.º. Pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, serão baixados atos publicando, em Diário Oficial, as respectivas Tabelas de Vencimentos, com os valores decorrentes da incorporação e majoração objetos da presente lei.

Art. 9.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários para atender as despesas com a execução desta lei.

Art. 10. Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 328/71, do senhor Vereador EDGARD DANTAS PIMENTEL, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia autêntica

de Requerimento n.º 429/71, de iniciativa do senhor Vereador ENÉAS FARIÁ e HORÁCIO RODRIGUES SOBRINHO, subscritos por diversos senhores Vereadores, referente à dramática e insustentável situação a que foram relegados os pensionistas e inativos da Administração Pública do Estado do Paraná, pelo dilatado atraso no pagamento de suas respectivas pensões e montepios.

— Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Vereador JOAO JUVENTINO DE SIQUEIRA, presidente da Câmara Municipal de Jaboti, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal, durante o período de ... 13-03-71 à 31-01-73. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Do senhor professor ATLANTIDO BORBA CÔRTEZ, comunicando que em data de 12 do corrente, assumiu o cargo de Diretor da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Paraná. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao deputado federal Agostinho Rodrigues, da representação paranaense, pelo fato de sua eleição para Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

Elevar um Deputado de nossa representação ao cargo de Direção de Comissão tão importante para a vida da Nação, é motivo real de regozijo para todos.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) — Antônio Lopes Júnior

### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao senhor Marcos Prado, digníssimo diretor do Departamento de Trânsito, pedido de informações, no sentido de que esclareça a este Legislativo, em que dispositivo legal se ampara o órgão que dirige, para permitir nas ruas de nossa Capital e principais cidades do interior, a existência de estacionamentos privativos.

Tal requerimento se prende, senhor Presidente, pelo fato de que o curitibano, possuidor de um veículo motorizado, não mais poder estacionar na cidade, tal é o número de faixas amarelas e placas, proibindo o fato.

Quem quiser se deslocar, com seu automóvel para o centro da cidade, só poderá ter duas alternativas: ou estaciona longe do centro ou terá que colocar seu veículo em uma das garagens particulares que estão cobrando preços absurdos.

É preciso acabar com este privilégio, pois todos são iguais perante a lei.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971

(a) — Antônio Belinati

### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofícios aos excelentíssimos senhores Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil S/A e Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, fazendo apêlo no sentido de um estudo metucioso sobre a situação econômica do rami, objetivando o amparo creditício aos industriais e produtores, bem como facilidades na comercialização do produto.

Maior produtor de rami do mundo, o Estado do Paraná se vê, no momento, com grave crise neste setor de produção, e mrazão do retraimento do mercado consumidor. Enormes dificuldades são colocadas pelos compra-

dores de ramí, aos produtores, que estão na contingência de perderem a maior parte de sua produção. Estas dificuldades vão desde o aviltamento do preço até problemas comezinhos de qualidade, fato que está provocando uma comercialização apenas de 50 por cento do produto.

Em decorrência disso, além da ausência de crédito mais elástico por parte de instituições como o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os ramicultores de nosso Estado estão sendo obrigados a demitir milhares de trabalhadores rurais que vinham obtendo, nesta cultura, salários superiores ao mínimo vigente na região. Há casos, ainda, de ramicultores que preferiram plantar capim "colonião" nestas terras — consideradas uma das melhores do país — para compensar na criação de gado, os prejuízos decorrentes com o ramí.

A ausência de uma análise objetiva do problema por parte de nossas autoridades é, talvez, o ponto nevrálgico da situação. Não se sabe até que ponto o aumento da produção do ramí corresponde hoje à demanda do País.

Por tudo isso, se faz necessário providência imediata por parte do Ministro da Agricultura, do Presidente do Banco do Brasil e Secretário da Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1971.

(a) — Alvaro Dias

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao senhor Secretário de Transportes, o incluso memorial de lavradores, pecuaristas, comerciantes e industriais, residentes nos municípios de Guarapuava e Pinhão, que solicitam a construção de uma ponte de concreto sôbre o rio Jordão, na altura da localidade denominada Santa Clara.

Este requerimento serve apenas de refôrço para idêntico Plano de Lei enviado dias passados àquela autoridade, e no citado abaixo-assinado, com mais de cem assinaturas, bem demonstra a situação aflitiva dos homens daquela região, que vêm, com a falta daquela benfeitoria, a criação de sérios prejuízos à indústria, comércio, lavoura e pecuária, que se encontram impossibilitados de escoar os seus produtos, o que, em última análise, implica no encarecimento da mercadoria até que esta chegue ao mercado consumidor.

A falta de uma ponte na localidade citada, está cerceando o progresso da região, motivo pelo qual é a finalidade do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao ilmo. sr. Presidente da TELEPAR, contendo sugestão no sentido de que entre em entendimento com a CCTESC, Companhia Telefônica de Santa Catarina, com objetivo e adquirir os telefones de União da Vitória, uma vez que a Telepar já vem efetuando o serviço interurbano, daí nossa intenção para que também efetue o urbano, possibilitando, desta forma, o aumento do número de aparelhos que já se faz sentir em decorrência do grande progresso que invade aquela cidade.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos têrmos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao

excelentíssimo senhor doutor Lineu Klupel, digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, fazendo um apêlo no sentido da alteração da sistemática relativa ao recolhimento do ICM, por parte das classes produtoras de nosso Estado.

Esta solicitação prende-se ao fato de que a maioria de nossa indústria, comércio e agropecuária não suporta mais, o injusto processo de recolhimento daquele tributo. Obrigados a vender por prazos que variam de 60, 90 e 120 dias, êsses setores de produção e comercialização vêm recebendo de nosso órgão fazendário a exigência para o recolhimento do ICM no prazo de 15 dias após a operação, fato que redundará, inevitavelmente, em sérios problemas de capital de giro e dificuldades várias nas empresas.

A alteração dêsse processo é medida justa que encontrará alta ressonância em nossos meios econômicos, além de colocar o nosso Estado em condições de similitude às demais unidades da Federação, que já adotam o sistema de recolhimento por prazo superior a 120 dias.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao município de Imbituva, pelo transcurso do seu 1.º aniversário, dia 3 do corrente, dizemos, do mês de maio, pedindo a designação de uma Comissão para representar a Assembléia Legislativa, nas comemorações daquele dia.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971.

(aa) — Antônio Lopes Júnior e  
João Mansur

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

No uso de suas prerrogativas regimentais e com a audiência do Plenário, o Deputado subscritor do presente requer seja consignado um voto de aplausos à Comissão Executiva Nacional da Aliança Renovadora Nacional, tendo em vista a resolução tomada contrariamente ao Projeto de Lei n.º 6/71, no Senado Federal, de autoria do nobre senador Nelson Carneiro, recomendando aos seus representantes no Congresso Nacional que o rejeitem, por considerá-lo atentatório à estabilidade da família e violador da norma constitucional do vínculo matrimonial.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa, se favorável, dê-se ciência à Comissão Executiva Nacional de nosso Partido, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1971.

(a) — Lázaro Servó

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 50/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a sociedade beneficente Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1971.

(a) — Rosário Pitelli

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade hospitalar, que se pretende declarar de utilidade pública nesta oportunidade, preenche os requisitos e condições exigidas pela legislação fe-

deral, que rege a matéria, conforme se verifica dos anexos documentos de constituição e de prestação de contas das diversas diretorias.

A Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio possui os mais eficientes equipamentos hospitalares do Estado.

A Casa de Misericórdia em questão coloca-se na mesma linha de prestação de serviços de interesse social e coletivo das inúmeras outras Casas já reconhecidas por este Poder, como de utilidade pública.

Justifica-se portanto este projeto, em vista do atendimento que a Casa de Misericórdia daquela cidade, presta aos pacientes residentes não só naquele município, como também outros municípios vizinhos compreendendo: Abatiá, Santa Mariana — Bandeirantes — Congoinhas — Leopólis — Sertaneja — Nova Fátima — Assaí — Nova América da Colina — Rancho Alegre — São Sebastião da Amoreira — Santo Antônio do Paraíso — Santa Cecília do Pavão — São Jerônimo da Serra.

A entidade em questão preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal, os quais são fundamentais para o reconhecimento da utilidade pública de associação de caráter particular.

Friza-se que a Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio, instituída há 15 anos, em cujo período de existência sempre se houve com acerto, atendendo principalmente os doentes desfavorecidos pela sorte.

Dai o projeto que ora submetemos à apreciação e deliberação dos senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para o Pequeno Expediente ao sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. o cancelamento de minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador do Pequeno Expediente, sr. deputado Antonio Maciel. (Pausa). Não estando presente no Plenário o sr. deputado Antônio Maciel, concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Poli, terceiro orador inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Neste curto espaço de tempo que temos no Pequeno Expediente, queremos rapidamente abordar dois assuntos, sendo que um deles é muito grave.

O primeiro assunto diz respeito ao encaminhamento de um requerimento, que é uma sugestão do eminente deputado Cândido Manoel, de sua inspiração e que na tarde de ontem, nesta tribuna, prometemos elaborar e apresentar. O requerimento é o seguinte: — (Iê)

“Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, Requer seja enviado expediente ao sr. Presidente da República, congratulando-se com S. Exa. pela regulamentação das cotas do I.C.M. devidas aos municípios e, em segundo lugar, solicitando providências, junto ao órgão competente, no sentido de que se proceda com brevidade a disciplinação da matéria.

Sala das Sessões, em... de abril de 1.971.”

Sr. Presidente, o segundo assunto reputamos de certa gravidade. Quero, de ante-mão, dizer aqui desta tribuna, que não tenho absolutamente procuração dos srs. deputados estaduais Wilson Fortes, Antônio Franco e dos srs. deputados federais Flávio Giovini e Alberto Franco Ferreira da Costa.

Vimos nos jornais “Tribuna do Paraná” e “O Estado do Paraná”, com grande destaque, com o intuito claro de atingir a honorabilidade desses nossos colegas.

Sr. Presidente, srs. Deputados, ainda há poucos dias ocupava esta tri-

buna o eminente vice-Presidente desta Casa e naturalmente revoltado com fatos distorcidos e divulgados por esta imprensa, teria pedido providências para que este estado de coisas não continuasse, atitude digna e independente deste parlamentar, naturalmente teria citado o nome dos diretores destes órgãos.

O sr. deputado Wilson Fortes, que conheço, não só como parlamentar, conheço como homem de empresa, como agricultor há longos anos, conheço a sua luta, conheço a sua formação moral, é um homem cuja idoneidade está acima de qualquer ataque precipitado. Então, como dizíamos, temos aqui a manchete da "Tribuna do Paraná", da qual lerei alguns trechos:

"4 Deputados paranaenses acusados de fraude eleitoral".

"O Estado do Paraná" traz também a mesma manchete: "Fraude eleitoral. Os deputados federais Alberto Franco Ferreira da Costa e os deputados Estaduais Antônio Franco Ferreira da Costa e Wilson Fortes".

E o artigo relata ocorrências, relata possíveis fraudes que tenham havido nas últimas eleições.

Sr. Presidente, srs. Deputados. Eu, se não conhecesse estes homens, não teria a coragem de usar a tribuna para, sem procuração, defendê-los, mas eu conheço muito bem todos eles, conheço muito bem inclusive todos os membros da família Franco Ferreira da Costa e quero dizer que notícias delicadas desta natureza, anunciadas com tamanho destaque, têm a intenção, é evidente, srs. Deputados, de agitar, porque não posso admitir que homens como estes aqui acusados estivessem pelo menos concordes com tais irregularidades. O que pode ter ocorrido, isto sim, srs. Deputados, é que maus paranaenses, é que inimigos destes homens, tenham, naquela oportunidade precipitadamente procurado fazer alguma fraude para depois eles próprios denunciarem estas ocorrências. Isto seria admissível, mas o caso está nas mãos da Justiça, e nós nos curvamos à decisão da Justiça. O que nos revolta, sr. Presidente, srs. Deputados, o que revolta sobremaneira são estas manchetes, repito, e que têm sido em série, com o firme propósito de perturbar ao Governo que se instalou, como aos homens que apoiam este Governo de austeridade que aí está. Quero, então, deixar neste pequeno espaço de tempo que temos, a minha irrestrita solidariedade a estes parlamentares que, se não fossem eles homens portadores de mandatos, fossem eles simples cidadãos, também a eles eu daria a minha solidariedade irrestrita, porque não sera, sr. Presidente, srs. Deputados, com manchetes deste tipo, que nós iríamos reconduzir ao Paraná, a paz tão necessária e tão desejada, se esta mesma imprensa, parcela da imprensa paranaense, vive apregoando aos quatro ventos, que S. Exa. o sr. Presidente da República quer que haja paz, quer que haja tranquilidade no Paraná. Nós já nos regozijamos há dias, porque se desfraldava aqui por homens da oposição, por homens da ARENA que se colocam nesta posição, a bandeira da paz, naquele instante, nós, que compomos a bancada governista, nos congratulávamos com esta Casa, pela atitude tomada em relação ao que estamos debatendo. Contudo, continuam os insultos, continuam os ataques, continuam desobedecendo, discutindo, desacatando portanto, os desejos sadios de S. Exa. o sr. Presidente da República.

É preciso que volte a reinar a paz e a tranquilidade no Estado do Paraná, o Estado maior produtor de produtos agrícolas de todo o Brasil, que tanto necessita de serenidade, tanto necessita de paz, no exato momento em que se instala um novo Governo, indicado pelo sr. Presidente da República, no exato momento em que este Governo precisa de tranquilidade para bem governar.

Realmente, diz aqui, que deve ter ocorrido a fraude. Mas o que dá a entender esta parcela da imprensa, é que estes homens aqui denunciados, seriam os responsáveis por esta fraude. Nosso protesto, seria um pré-julgamento muito delicado, porque estão atacando aqui, a honorabilidade a dig-

nidade de homens que, no Paraná, pertencem a famílias tradicionais, e merecem todo respeito do povo paranaense.

Ertão, sr. Presidente, srs. Deputados, sem querer prejudicar a quem quer que seja, porque amanhã nós poderemos estar na mesma situação, mas como paranaense, em meu nome, quero deixar aqui registrado o repúdio por esta atitude de elementos responsáveis por esta tragédia.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o orador inscrito, sr. deputado Antônio Maciel.

O SR. ANTONIO MACIEL — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A minha presença, nesta tribuna, é para fazer um relato do que foi o 4.º Congresso Nacional do Café, do qual fiz parte, acompanhado do deputado José Lázaro Dumont e do deputado Hélio Manfrinato.

Para que possamos compreender bem a necessidade e a grandiosidade do Congresso Nacional do Café, seria oportuno voltar o nosso pronunciamento para o congresso realizado no ano passado em Poços de Caldas, quando a cafeicultura reclamava, quando a cafeicultura ali reunida, representada por todos os Estados cafeeiros mostrava ao Governo a grande decadência da cafeicultura nacional e pleiteava, ao mesmo tempo, um financiamento para uma nova ampliação dos nossos cafezais. Em Poços de Caldas, a bancada do Paraná, apresentou um trabalho magnífico, que mostrava que se não houvesse novos plantios de café, daqui há três anos o Brasil não teria mais café suficiente para a exportação e para o consumo interno, ou seja, 26 milhões de sacas.

Devo ressaltar aqui desta tribuna, que essa reivindicação foi atendida, como os Senhores sabem, em todos os Estados cafeeiros, inclusive o Estado do Paraná, está sendo feita a renovação da cafeicultura, com financiamento no prazo de 6 anos, o que vem satisfazendo plenamente.

Portanto, o congresso realizado se caracterizou pela reivindicação da cafeicultura para implantação de novas lavouras, ou seja, o comércio da produção. E o atual congresso, realizado em Vitória, do dia 21 a 24, tinha uma característica diferente, que era reivindicar do Governo, melhores preços; principalmente levando em consideração que a geada de 1969 reduziu a produção de 1.970. E tivemos assim, um ano propício a melhores preços, mas vimos o contrário. Foi o pior ano para a comercialização do café. Tanto assim que ainda no interior do Estado, tanto do Paraná, como dos demais Estados cafeeiros, os estoques de café se acumularam no interior e sem mercado.

Portanto, o Congresso Nacional do Café, em Vitória, tinha como meta principal, reivindicar do Governo federal, através do Presidente do IBC, através do Ministro do Comércio e Indústria, que os preços que estão fixados para janeiro de 1.972 entrassem em vigor imediatamente.

Queria ainda destacar o trabalho feito pelos meus dois companheiros, deputado Lázaro Dumont e deputado Hélio Manfrinato.

O deputado Lázaro Dumont prestou sua colaboração na Comissão de Cooperativismo, Associativismo e Assuntos Gerais. E o deputado Hélio Manfrinato, prestou colaboração ativa, apresentando uma emenda no setor da industrialização do café. E, tivemos oportunidade de pronunciar naquele Congresso, uma conferência a noite, para um auditorio seletivo, intitulada "A Cafeicultura do Futuro".

Mas, sr. Presidente, trazemos também o apêlo veemente que fez a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a esta Assembléia, para que quando aqui chegássemos, aprovassemos um telegrama a ser enviado ao sr. Ministro do Comércio e Indústria e outro ao sr. Presidente do IBC, solicitando também o seu apoio na antecipação de preços. Como os senhores sabem, o esquema cafeeiro estabeleceu o preço de cento e oitenta e pou-

cos cruzeiros, para janeiro de 1.972 e para este ano, cento e cinquenta e cinco cruzeiros. O que a cafeicultura quer, é exatamente a antecipação do preço de janeiro para vigorar imediatamente.

Sr. Presidente, finalmente, quero passar à Mesa, requerimento e dois telegramas, assim vasados: (Lê)

“Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, que se enderece aos srs. Ministros da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, os telegramas cujas minutas anexamos a este:

“Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Ministério da Indústria e Comércio.

A Assembléia Legislativa do Paraná gradula com V. Exa. pelo discurso pronúnciação no encerramento do 4.º Congresso Nacional do Café vg Vitória e em nome da cafeicultura paranaense solicita de V. Exa. vg a antecipação do preço previsto para janeiro de 1972 para vigorar imediatamente vg em maio de 1.971 vg tendo em vista o grande estoque de café nas cooperativas e firmas particulares a mais de um ano vg trazendo grandes prejuízos à cafeicultura e ao Estado pt

Antônio Maciel Filho — Deputado Estadual”.

“Dr. Mario Penteado de Faria e Silva

Presidente do IBC — Av. Rodrigues Alves n. 129

Assembléia Legislativa do Paraná gradula com V. Exa. pelos pronúnciamientos no 4.º Congresso Nacional do Café vg em Vitória e em nome da cafeicultura Paranaense solicita a antecipação do preço do café previsto para janeiro de 72 para vigorar imediatamente tendo em vista os grandes estoques de café no interior do Estado vg trazendo prejuízos para cafeicultura e para o Estado pt

Antônio Maciel Filho — Deputado Estadual”.

Acredito, sr. Presidente, que estes telegramas são oportunos e pediria a V. Exa. que os colocasse à apreciação da Casa e, aceitos, sejam encaminhados aos destinatários.

Voltarei à tribuna para tratar, numa outra oportunidade, dos grandes problemas da cafeicultura já debatidos e, inclusive, das conclusões finais do Congresso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos com muita atenção e respeito o pronúnciamiento do deputado Paulo Poli com relação à notícia que os jornais “O Estado do Paraná” e “Tribuna do Paraná”, nas suas edições de hoje, trazem ao conhecimento do público.

Quero solidarizar-me com S. Exa. na defesa que fez dos eminentes deputados Wilson Fortes, Antônio Costa e dos Deputados Federais envolvidos na mesma notícia. Não poderia ser outra a minha posição neste episódio, porque conheço de longa data ambos os parlamentares. O deputado Wilson Fortes teve, inclusive, o privilégio de ser colega no Poder Executivo, eu como Secretário de Educação e Cultura e S. Exa. como Secretário de Trabalho e Assistência Social do Governo do sr. Paulo Pimentel. O deputado Antônio Costa, a sua própria ascendência familiar o recomenda à consideração dos paranaenses.

Gostaria apenas de fazer uma ressalva naquilo que aqui foi expedido pelo deputado Paulo Poli, quando diz que os jornais “Tribuna do Paraná” e “Estado do Paraná” estão tentando semear a discórdia e incompatibilizar Deputados da situação com a opinião pública. Não creio. Acho que S. Exa. em sua exposição foi um pouco longe, porque todos sabemos que é dever

da imprensa noticiar fatos importantes e este fato é importante, sobretudo porque nasceu de uma denúncia feita pelo sr. Procurador Regional, sr. Aluizio Adjunto Silveira, que recebeu o inquérito policial com peritagem elaborada, encaminhando o processo a Polícia federal, para que ela iniciasse inquérito policial. A constatação da fraude já existe. Isto não significa, evidentemente, que os Deputados aqui acusados, não pelos jornais, mas pelo Procurador da Justiça Federal, que estes Deputados sejam os autores da fraude, mas alguém da Polícia Técnica cometeu a fraude. Portanto, é justo e louvável que se apure a responsabilidade, principalmente nos dias em que vivemos neste País, quando a Revolução de 64 tenta de tôdas as formas, de tôdas as maneiras, escoimar e escorraçar da vida pública aqueles que não a dignifiquem.

Jamais participarei de uma acusação contra um deputado. Mas nós que fazemos política no interior, sabemos que muitos homens, despreparados e incultos, às vêzes para agradar cometem indecorosidades. E os jornais apenas cumpriram com o seu dever, valorizando esta Casa, noticiando acontecimentos que aqui ocorrem, aquilo que envolve o nome de seus integrantes. Mas estão cumprindo com seu dever de bem informar.

A revolta do eminente deputado Paulo Poli jamais deveria ser contra os jornais que noticiaram tais fatos, deveria ser, no caso, contra o Procurador da Justiça Federal. Os jornais nada mais fazem a não ser divulgar "ipsis literis" aquilo que consta no officio, no inquérito, no encaminhamento da peritagem à Polícia Federal.

Venho, portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, coerente como sempre fui, na minha posição de defesa da imprensa, imprensa que às vêzes se excede, mas que tem o direito de trazer ao conhecimento público todos os fatos que são importantes. Era este um fato importante: Deputados que, segundo o Procurador da Justiça Federal, estariam envolvidos em um inquérito. Portanto, é um fato que deveria ser divulgado, ou nós preconizamos que o povo não conheça nosso procedimento. Porque, srs. Deputados, se nós, se esta Casa de Leis se curvar à imposições dos mais fortes, nós estaremos, srs. Deputados, atrapalhando o retôrno dêste País ao regime efetivamente democrático, pregado por S. Exa. o sr. Presidente Médici.

Os políticos civis precisam conquistar a confiança do povo.

Está na hora de nós, políticos, Deputados estaduais, homens de responsabilidade, darmos uma demonstração ao povo do Paraná, e ao povo do Brasil de que, nesta Casa, existem homens honrados, que não temem acusações, que admitem acusações e que vêem nas acusações uma oportunidade para provocar sua conduta de homem de bem, de homem íntegro, de político honesto.

O deputado Antônio Costa e Wilson Fortes têm minha solidariedade. Mas, o jornal "O Estado do Paraná" e a "Tribuna do Paraná", têm o meu voto de louvor, pela coragem cívica de trazer ao conhecimento do povo essas informações. Principalmente, depois das represálias que já ocorreram contra a TV Iguagu, contra a Rádio Guiracá, contra a TV Tibagi e contra os jornais já citados. Estes jornais estão apenas publicando uma informação, cumprindo com seu dever, exercendo sua missão de bem informar o povo do Paraná.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Queremos passar às mãos de V. Exa. um requerimento dirigido ao sr. Diretor do Detran, vasado nos seguintes termos: (Lê). É um pedido de informações, para que seja esclarecido em que dispositivo legal se ampara o

órgão que dirige o sr. Marcos Prado, para permitir nas ruas de Curitiba e principais cidades do interior, a existência de estacionamentos privativos.

Sr. Presidente, estamos vendo em Curitiba e em várias cidades do Paraná, nas principais ruas, faixas indicativas da proibição de estacionamento de veículos. Aqui e em várias cidades. Com isso o homem que é proprietário de um automóvel, acaba não podendo se locomover de carro pelas grandes cidades do Paraná, porque os principais pontos, onde ele deveria estacionar existe ali uma placa de proibição de estacionamento, ou porque é hotel, ou porque é repartição, ou porque é firma comercial de importância.

Entendemos que, perante a lei, todos somos iguais, todos possuímos o mesmo direito e devemos, por conseguinte, acabar em definitivo com essa proibição de estacionamento, numa hora de grande progresso, não apenas para Curitiba, como para várias cidades que estão em franco desenvolvimento.

Sr. Presidente, srs. Deputados, estivemos analisando o projeto de aumento de vencimentos dos servidores públicos do Paraná. Chegamos à melancólica conclusão de que os funcionários públicos, neste ano de 1971, na verdade, na matemática, só vão receber 4,15% de aumento. Os 20% eles já vinham recebendo normalmente e os outros 10%, que deveriam entrar em vigor a partir de agora, só terão vigência a partir de 1.º de agosto.

Então, ao final de 1971, estaremos chegando à triste realidade de ver que os servidores públicos, professores e demais servidores, só foram beneficiados com 4,15% de aumento, quando é praxe por parte do próprio Governo federal, um aumento sempre de, pelo menos, 20% aos servidores federais. E no nosso Paraná, esse índice de aumento não tem seguido o exemplo percentual que vem sendo concedido pelo Governo federal todos os anos.

Era o que tínhamos a dizer, lamentando mais uma vez esse tão pequeno aumento, quando vejo o custo de vida subindo cada vez mais, quando temos notícias sobre o provável aumento da gasolina e demais derivados do petróleo e quando estamos vendo, também, a aproximação de nova alta de custo de vida. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — Concedo a palavra ao sr. Wilson Brandão, orador inscrito.

**O SR. WILSON BRANDÃO** — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Hoje, a nossa Capital foi tomada de surpresa pelas manchetes "O Estado do Paraná" e da "Tribuna do Paraná" que dizem da fraude eleitoral que envolve quatro Deputados. Sendo dois deles desta Casa, um deles o Presidente deste Poder e o segundo o 1.º Vice-Presidente.

Ouvimos o deputado Paulo Poli, ouvimos o deputado Cândido de Oliveira. Surpreendi-me hoje com o pronunciamento de Cândido de Oliveira. Quando nesta tribuna devemos defender nosso Poder, vem defender, como disse, "O Estado do Paraná" e a "Tribuna do Paraná".

Como advogados que somos, compreendemos o vexame da formação do inquérito. Porém da forma como está aqui, quando envolve um homem como Wilson Fortes que obteve quase 42 mil votos em nosso Estado; um homem que já ocupou anteriormente uma cadeira nesta Casa como Deputado. Diz a notícia: "para apurar as responsabilidades dos envolvidos".

Qualquer um sabe que não existe crime sem vontade, para haver crime é preciso que exista também vontade. Não é possível que tenha havido um erro nesses quase trezentos Municípios e à revelia do candidato se faça uma divulgação desta natureza. Qual é o crime que tenho dos 72 votos que obtive em Pirai do Sul, quando não conheço Pirai do Sul? Se foram 40 ou 50 forjados não sei, pois não conheço ninguém em Pirai do Sul. Conhecendo Wilson Fortes, conhecendo a região em que ele milita, o Norte

Nôvo e Velho, conhecendo bem Umuarama onde Wilson Fortes recebeu a mesma quantidade de votos que eu, verifica-se, então, a maldade da notícia, como se o Deputado, como se o candidato lá estivesse forçando alguém para que escrevesse na cédula o seu nome, o seu número.

O interessante é que êsses votos aqui configurados foram computados quando? Não foram computados no pleito. Recebemos os diplomas sem êsses votos. Por aí se depreende que a notícia foi maldosa, srs. Deputados. Já dissemos há vários colegas desta Casa que não admitimos, de forma alguma, que se vilenpendie, que se ataque a honra de um homem público que representa o povo do Paraná. É normal o inquérito policial e não amençõnta quem quer que seja. Mas a forma como foi feita a manchete é que mancha, é que é a moeda falsa, que mesmo falsa é aceita, é que é um princípio de difamação. Nem tôda a verdade poderá ser divulgada, que é um princípio de ética jornalística que, no caldeirão político que vive o Paraná, lamentavelmente vem pôr em choque um Poder independente, como é o Poder Legislativo. Cinco minutos não dão para expressar o nosso pensamento, não dão para dizer da grandeza que o Paraná, que uma grande parte do Paraná devota ao nosso Presidente e ao nosso Vice-Presidente. Aqui somos 47 Deputados que representam quase oito milhões de brasileiros e não é possível, então, que um ato, à revelia, longe da vontade de um parlamentar, venha então a ser manchete. Não é admissível. É lamentável o que vem ocorrendo e vai acontecer o que? A imprensa cairá no descrédito da opinião pública. Isto é estarrecedor.

Aqui vai, sr. Presidente, sr. Vice-Presidente, o nosso voto de solidariedade a Vv. Exas., que expressa o pensamento de tôda a bancada da Arena, de solidariedade aos homens que, com sacrifício de suas próprias vidas, vêm aqui, largando os seus interesses particulares, representar o povo, lutar pelos interessês do seu Estado. Aqui vai portanto, o nosso mais profundo...

O SR. PRESIDENTE — Tem um minuto V. Exa. para concluir seu pensamento.

O SR. WILSON BRANDÃO — Não vamos, não por mêdo, dar voto de repúdio à imprensa, porque um jornal não é a imprensa; a imprensa são todos os órgãos de divulgação, mas aqui vai uma advertência à imprensa do Paraná, ou melhor dizendo ao "Estado do Paraná" e à "Tribuna do Paraná", se quiserem merecer o respeito daqueles que sempre defenderam os direitos sagrados da imprensa e do bom jornalismo, que estas fraudes não se cometam mais, que êstes acontecimentos não se verifiquem mais, porque aí êstes Deputados tomarão as devidas providências. Nós iremos ao Palácio da Justiça em Brasília, iremos a todos os órgãos de segurança nacional para pormos em pratos limpos o que acontece no Paraná. Temos ouvido e ouvido muita coisa e engolido muita coisa, mas fazemos uma advertência, se êste estado de coisas permanecer em nosso Estado, nos vamos garantir aos homens da imprensa, que terão um fim muito rápido. Queremos ser respeitados para que também possamos respeitar. Isto aqui fica no quadro negro da história política do nosso Estado, a mancha na honra de dois homens que não cometeram crime algum, de quatro homens que apenas cometeram o crime de representar o povo do nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o orador inscrito, sr. deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É a primeira vez que venho ocupar a tribuna nesta Casa. Deveria fazê-lo e farei por um motivo que, quero crer, todos aquêles que nos conhecem já de nós esperavam. Como engenheiro sanitarista, como ex-Chefe do Comando Sanitário Estadual, como ex-Chefe de Polícia Sanitária Estadual, como ex-Chefe do Serviço de Saneamento da Secretaria de Saúde, quero

crer devesse eu debutar nessa tribuna, argumentando em termos de saneamento, quisera fazer somente em termos de saneamento, no sentido profilático de doenças. Mas não iria fazê-lo somente neste setor técnico.

Um abaixo assinado imperioso, foi-me dado às mãos, quando eu caminhava para a reunião de hoje. Era das donas de casa do bairro onde moro, o bairro Bom-Retiro, versando sobre assuntos que nós tantas vezes chegamos a representar e defender na nossa vida pública, como profissional técnico.

E nós que lá, às vezes, tentamos evitar este problema, nós que naquela posição, sofríamos a influência desta que hoje ocupamos, não poderíamos, embora despreparadamente, deixar que se trouxesse o problema por outras mãos, e aqui estamos.

Quantas vezes como chefe daquele serviço, outros oradores já debutaram nesta tribuna, alguns deles muito ilustres, versando sobre saneamento. E nós nos calamos. Hoje trazemos um programa desta natureza, dos quais como técnico, não podemos evitar a influência política. Um problema crucial, paranaense municipal, nacional, mundial, o problema do saneamento "água".

A primeira vista, não necessitaria de dramatização, mas ouvimos desta tribuna que o problema da contaminação de poços artesianos em Curitiba, era muito grave. Constam dos Anais da Casa pela taquigrafia estes termos. Hoje, em rápidas palavras, embora o tempo não nos permita, vamos dizer que Curitiba nunca teve problema de contaminação de poços artesianos, são outros poços que não artesianos. Mas este problema de extensão da rede pública de água, não debitamos na conta dos técnicos daquele setor, porque eu fui técnico de setores desta importância e nem sempre eu podia coibir a influência de líderes políticos do Governo anterior, e levava para meu relatório de serviço não prestado a influência daqueles que, para angariar votos, faziam a distorção do planejamento técnico necessário.

Assim é que, quero trazer à tribuna, o problema do bairro Bom-Retiro, de água contaminada pois quisera eu, como técnico debutar nesta tribuna, argumentando pela necessidade de purificação de água para laboratório; quisera argumentar para o problema de potabilização de água para alimentação; quisera argumentar pela água, simplesmente para aproveitamento industrial; mas venho argumentar meus caros amigos, pela falta d'água em um dos bairros residenciais de Curitiba, a 3 quilômetros da Praça Tiradentes.

Consideramos que a falta d'água nesse bairro devesse ser um daqueles problemas de influência política, sobre a planificação, porque conheço os técnicos responsáveis por esse setor, da SANEPAR e do Departamento de Águas e Esgotos e acho que jamais, por conta do planejamento, haveria nessas alturas, esse bairro estar prescindindo desse precioso líquido.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao nobre deputado que falta um minuto para concluir sua oração.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito Obrigado.

Quero, aproveitando este minuto, contra a minha vontade porque acredito que vim para esta Casa, não para isso — muito melhor coisa o povo do Paraná espera daquele que foi o único engenheiro de Saúde Pública, até os últimos dias — não quisera vir debater desta tribuna para tecer comentários já fartamente abordados ainda no Expediente de hoje.

Deverei simplesmente comunicar que a revolta não é somente dos oradores que por aqui desfilaram: que a falta de pronunciamento — não é da imprensa do Paraná, não é do Canal Quatro e não é do "O Estado do Paraná" e nem da "Tribuna do Paraná", é de alguns jornalistas. E nós vamos descobrir quem são. Porque não posso admitir que seja um jornal, um canal conceituado de televisão como sempre foi o Canal 4. Vamos dar nome aos bois. E aqui, sr. Presidente, para finalizar, quero dizer somente que tenho

em mãos manifesto de sete prefeitos. Um manifesto de repúdio às distorções das verdades que são publicadas através não da imprensa e sim da distorção de quem as escreve. Prefeitos que aqui estão me ouvindo e que leram as coisas que aqui foram ditas e que lá muito diferentemente foram transcritas.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador),

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Sejam as minhas primeiras palavras desta tarde, de solidariedade aos quatro parlamentares atingidos e de modo especial ao sr. Presidente desta Casa, deputado Wilson Fortes e ao sr. Primeiro Vice-Presidente, deputado Antônio Franco Ferreira da Costa.

Sou daqueles que defendem e que se empenham ardentemente pela elevação do poder político. E ninguém mais, porque os Deputados estaduais, os Deputados federais e especialmente os Deputados estaduais, merecem o respeito e o acatamento de todos, porque todos que para cá viemos estamos imbuídos do mais alto propósito de trabalhar pela causa pública. Somos nós juntamente com os senhores Vereadores, outros heróis da grandeza nacional, que nos encontramos diariamente nas estradas poeirentas do interior, nos pequenos vilarejos ou ao longo das ruas asfaltadas de Curitiba, nas filas de ônibus com as mulheres sofridas, com os homens cansados, nossos irmãos. Ninguém mais do que o Parlamentar seja municipal, estadual ou federal conhece no íntimo o sofrimento de nossos irmãos de nosso povo.

Porisso os Deputados devem e precisam ser enaltecidos e nunca jogados ao meio das ruas.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedí o aparte a V. Exa., deputado Antônio Lopes Júnior, para colocar a verdade nos seus reais parâmetros porque, infelizmente parece que o eminente deputado Wilson Brandão, ou não entendeu o meu discurso, o meu pronunciamento ou então não o ouviu ou desejou — o que é mais grave e não chego a imaginar isto — me colocar em situação delicada perante os srs. Deputados desta Casa, porque disse S. Exa. que no meu pronunciamento de defesa da imprensa livre, eu pretendi atacar ou vilipendiar o nome dos srs. Deputados que são notícia nesta imprensa de hoje. Longe de mim isto, e as notas taquigráficas aí estão para comprovar que as minhas palavras iniciais e as minhas palavras finais form de solidariedade a estes Deputados. Fiz uma ressalva que continuo fazendo, do direito e até do dever dos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná" de publicarem com destaque esta notícia porque é uma notícia que envolve homens destacados e não poderiam estes jornais colocar uma notícia deste valor na página policial. Deveriam colocar na primeira página, que é a página de destaque dos jornais. Isto não significa que entenda estes eminentes colegas como praticantes de delitos. Estão apenas envolvidos numa denúncia feita pelo Procurador Geral da Justiça e longe de mim vir à tribuna atacar meus próprios colegas. Serei sempre seu defensor e serei sempre defensor da imprensa quando noticiar com profundidade e veracidade os fatos que aqui ocorrem e que envolvem elementos que integram este Governo. Agradeço o aparte.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Entendo, sr. Presidente, srs. Deputados, que o dever desta Casa deveria ser apenas de solidariedade aos nossos eminentes colegas duramente atingidos e nunca de divagação ou procurando tirar deduções deste acontecimento e de outros similares.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, o verdadeiro motivo de minha presença, hoje nesta tribuna....

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, sinto que V. Exa. pretende, como é natural, abordar o assunto que o levou a essa tribuna. Então gostaria, nesta oportunidade de apartear-lo, para dizer a V. Exa. para que se registre nos Anais desta Casa, para dizer a todos os Deputados, principalmente os novos Deputados que vieram trazer maior brilho a esta Casa de Leis.

Acompanhei bem de perto ombro a ombro, lado a lado, a luta de V. Exa. naqueles momentos difíceis que atravessava nosso querido País antes de março de 64. Quero declarar, aqui, nobre Deputado fazendo a V. Exa. uma justíssima homenagem difícil era naquela ocasião encontrar um homem com mandato que tivesse a coragem de denunciar publicamente a baderna que reinava em nosso País, principalmente estimulada que estava pelas principais autoridades federais.

Acompanhei, bem de perto a coragem de V. Exa. que usava, reiteradas vezes, esta tribuna defendendo a democracia defendendo a justiça defendendo a dignidade deste Poder. E é isto o que V. Exa. está fazendo hoje.

Portanto para nós outros, não surpreende a conduta de V. Exa. porque está condizente com sua própria formação, condizente com o caráter de V. Exa.

Quero, nobre Deputado parabenizar-me com V. Exa. porque realmente, dentro desta Casa V. Exa. pela sua formação pelo exemplar chefe de família que é V. Exa. pelo seu caráter, pelo seu padrão de honradez é uma honra tê-lo como Colega.

Nobre Deputado, nós já sabíamos da posição que V. Exa. iria tomar diante deste fato doloroso que ocorre no Paraná.

Essas notícias maldosas divulgadas por esses órgãos da imprensa com certo intuito, porque os outros jornais anunciaram o fato mas sem maldade.

Porque o pior nobre Deputado, não é o que se lê nas linhas não é o que está escrito nas linhas o pior é o que se lê nas entrelinhas; o pior é aquilo que se quer dizer mas não se fala; o pior é a malícia da notícia mal colocada. Eu não me insurjo contra o sr. Procurador da Justiça Federal, porque S. Exa. cumpriu fielmente o seu dever, dando tramitação a esse processo. Está, portanto, de parabéns o sr. Procurador da Justiça e os demais órgãos que cumpriram com seu dever noticiando este fato importante, mas sem maldade.

Mas, não estão de parabéns esses órgãos que procuram tumultuar nossa vida.

Portanto parabenizo-me com V. Exa., e agradeço o aparte que V. Exa. e agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu. (Sem revisão do orador),

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa., deputado Paulo Poli.

O SR. ANTONIO COSTA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, quando ocupei essa tribuna, pela última vez disse que o Poder Legislativo estava sendo desprestigiado por alguns órgãos da imprensa.

Não pedi, como foi fartamente noticiado, que se fechasse, que se calasse, a imprensa de nossa terra. Distorcida foi a notícia com consequências desmoralizadoras. Tenho sido alvo desses dois jornais e de um Canal de Televisão numa campanha desmoralizadora, uma campanha que visou jogar o próprio Poder Legislativo contra a opinião pública.

Quero agradecer a estes Deputados que ocuparam a tribuna hoje, defendendo uma coisa que eu teria que defender, não o fazendo para não causar mais polêmicas, para ver o Poder Legislativo colocado naquele índice alto que nós, Deputados, ao iniciarmos a campanha eleitoral, tínhamos como ideal e como valor principal.

Quero dizer ao deputado Cândido Martins de Oliveira, que agradeço essa solidariedade de colega; quero dizer ao deputado Paulo Poli que também as-

sim o faço; quero dizer ao deputado Wilson Brandão, que rta sua eloquência foi, sem procuração, defender um colega de bancada. Quero dizer a V. Exa. também, deputado Antônio Lopes Junior, do meu agradecimento por êsse repúdio que está fazendo, contra essa má divulgação das notícias desta Casa. Também ao deputado Quielse Crisóstomo, ilustre 2.º Secretário, que na sua oração ressalta o valor do Poder Legislativo e o apoio a êste humilde Deputado, o meu agradecimento.

Quero dizer também, que conheço Wilson Fortes, que tive o prazer de participar da votação na mesma região que S. Exa., de receber votos de conhecidos seus e verificar o seu valor, a sua potência eleitoral e sua benquerença entre o povo de nossa terra.

Quero justificar também que não fui à tribuna no Pequeno Expediente, por não encontrar uma vaga para assim o fazer. Entretanto, por complacência de V. Exa., dei êste aparte, e quero que seja transcrito nos Anais desta Casa que, em primeiro lugar, não estou contra a imprensa do Paraná, estou contra as distorções feitas pelo "O Estado do Paraná", pela "Tribuna do Paraná" e distorções feitas pelo Canal 4. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, a liderança do Governo nesta Casa também desejaria manifestar-se nesta oportunidade, não o podendo fazer em face das inscrições dos srs. Deputados, mas pretendo, aproveitando sua presença na tribuna, hipotecar a nossa solidariedade a êsses dois companheiros que integram hoje, com tanto brilhantismo, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, deputados Wilson Fortes e Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e não tem porque também, não estender essa mesma solidariedade aos Deputados federais que tão bem representam nosso Estado no Congresso Nacional, deputados federais Alberto Franco Ferreira da Costa e Flávio Geovini. Nós, que conhecemos Wilson Fortes, através da sua passagem por esta Casa, através de sua atuação como Secretário do Trabalho e Assistência Social, o Deputado mais votado do Paraná, não haveria êle de ter necessidade de, através dêsses meios escusos, conseguir mais alguns votos para a sua reeleição.

De modo que queremos aqui, em nome da liderança do Governo nesta Casa, manifestar nossa solidariedade a êsses companheiros. Não queremos entrar no mérito da notícia publicada na imprensa, deixamos isso a cargo do povo paranaense porque outrora o deputado Wilson Fortes, então Secretário do Trabalho e Assistência Social, contava com manchetes dêsses mesmos jornais para enaltecer a sua obra.

Hoje vemos dois homens desta Casa sendo atacados, um, o deputado Wilson Fortes, que já por diversos anos vem lutando e trabalhando em favor de sua região, e o outro, deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, filho de tradicional família paranaense, que vem, pela primeira vez, ocupar o cargo de representante do povo nesta Casa de Leis.

Mas assim é a vida, principalmente para aquêles que se propõem a representar o povo de seu Estado. De modo que não podemos nesta hora deixar de manifestar o nosso apoio às palavras dos diversos Deputados que por essa tribuna passaram e agora à V. Exa. que também vem juntar sua voz a dos demais parlamentares.

O apêlo que faço aos companheiros desta Casa é para que todos se conscientizem do seu papel para que juntos possamos, num trabalho árduo, tenho certeza, valorizar cada vez mais o Poder Legislativo, Poder que tem sido injustamente atacado em todos os cantos por pessoas menos avisadas.

De modo que deixo aqui o meu voto de solidariedade a êsses nossos dois companheiros que conhecemos de sobra, que são homens íntegros e que nada mais têm feito senão bem representar o povo paranaense na Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte do ilustre Líder do Governo, que veio juntamente com as vozes dos demais Deputados are-

nistas que já tiveram oportunidade de se manifestar, solidarizar-se e dar a dimensão exata da coesão da Arena nesta Casa em torno de seu Presidente e Vice-Presidente

O sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desnecessária seria nossa intervenção já que o deputado Cândido de Oliveira brilhantemente se reportou ao problema. No entanto, devido a nossa formação não poderíamos ficar indiferentes, daí a nossa interferência.

Jamais teríamos a pretensão de duvidar da honestidade dos nobres Pares, Presidente e Vice-Presidente, deste Legislativo. Sei perfeitamente, devido a votação extraordinária que receberam, que jamais seria necessária a fraude para conseguirem o mandato de Deputado estadual. Portanto, não há necessidade de apresentar a minha solidariedade. Sabem eles como os respeito e como os admiro.

Mas, quero fazer justiça à outra parte, a esta parcela da imprensa que continua a ser atacada neste Legislativo quando se procura valorizá-lo. Não vemos distorção, não vemos difamação, não vemos maldade no relato apresentado pelos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná". A imprensa livre tem a grande responsabilidade de mostrar a imagem real dos acontecimentos para o povo, para os leitores, leitores, no caso da imprensa escrita.

O que vimos na edição de hoje de "O Estado do Paraná" e da "Tribuna do Paraná", nada mais é do que um relato da realidade, de um fato que realmente está acontecendo. Não emitiu o jornal, ou jornais, a sua opinião. Apenas relatou. Não emitiu o jornal nenhuma acusação. O que houve realmente foi uma medida do Procurador da República, medida esta que ainda não é sentença e que tenho a certeza absoluta, de que a sentença não será em detrimento destes homens que representam o povo nesta Casa. Mais uma vez, quero solidarizar-me com a imprensa que procura, com coragem, mostrar os fatos ao povo do Paraná. Vejo neste episódio motivo de solidariedade à imprensa porque não esconde um fato importante, porque este fato importante envolve pessoas que ocupam cargos elevados e de conceito perante a opinião pública. Estivesse eu na imprensa, com a responsabilidade que têm os homens que nela estão hoje, embora com a amizade que me une a estes companheiros, e também divulgaria com o mesmo destaque o fato que hoje é divulgado no "O Estado do Paraná" e na "Tribuna do Paraná". Quero crer que a minha opinião tenha sido bem clara que não tenha dado motivo para distorções ou para entendimentos diferentes daquilo que disse, e tenho absoluta certeza também, que o nobre Presidente desta Casa e o nobre Vice-Presidente compreenderam minha intenção.

O SR. ANTÔNIO LOPES JR. — Agradeço os apartes dos nobres Deputados...

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO LOPES JR. — ... e queria que encerrássemos este capítulo pois do contrário não poderia cumprir minha missão nesta tribuna.

O sr. Xenofonte Villanueva — Serei breve. O que nós compreendemos é que a campanha ora dirigida contra o Presidente e o Vice-Presidente desta Casa e outros Deputados federais, nada mais é do que a parcela de um todo. Inicialmente, esta imprensa investiu contra a figura do nosso Governador e em seguida fazia críticas aos srs. Prefeitos que, num direito legítimo e certo, interpretando uma parcela volumosa da população da comunidade de nosso Estado, faziam manifestos de solidariedade ao governador Haroldo Leon Peres e agora, completando esta parcela de um todo, investem contra a figura do nosso Presidente e do Vice-Presidente. Atingem eles, desta maneira, mais fundamentalmente, a Assembléia Legislativa, ferem eles a dignidade de todos os Deputados, e não poderíamos ter outra atitude, a não ser nos solidarizarmos com o nosso Presidente, aquele que hoje ocupa a nobre cadeira pelo nosso voto, que mereceu a nossa confiança, o nosso respeito. A maneira como está fundamentado o noticiário jornalístico e que lá nossa

se verificar que o pedido é de apuração de uma possível fraude, procura dar impressão de que a acusação é certa e que não é uma suspeita e sim, uma certeza.

Contra isso é que nós nos revoltamos nesta Casa, contra êste destaque malicioso, como esclareceu o nobre deputado Paulo Poli, é que nós temos que manifestar a nossa oposição.

A imprensa cumpre um papel de informação que todos conhecemos, sabemos do valor e do poder da imprensa, porém esta imprensa deve também se conscientizar do seu poder e do valor de informação que ela exara, fazendo noticiário desta maneira porque noticiando com tanto destaque, um fato que é somente um pedido de apuração e não a certeza de uma acusação, eles estão mostrando à opinião pública, uma figura distorcida do valor do Presidente da Assembléia, e implicitamente, distorcendo o valor dos homens que têm assento nesta Casa. São pessoas que estão manifestando a sua revolta como V. Exa. neste momento e como outros Deputados que o antecederam, também o fizeram.

Por êste motivo, quero solidarizar-me com o pronunciamento que outros Deputados fizeram com referência ao destaque dado. Nós achamos que a imprensa tem o direito e o dever da informação, da boa informação. Todos os jornais, todos os noticiários da nossa cidade e do nosso Estado, estão noticiando êstes fatos, mas acho ue existem assuntos mais relevantes quem sabe para merecer um destaque desta maneira, o destaque que foi dado a notícia.

Exatamente êste fato, é que nos causou estranheza, o fato de uma notícia que fere o Legislativo, que já há muito tempo procura lutar para ter melhor crédito junto ao povo.

A imprensa tem todo o dever e obrigação de noticiar, mas não com esta intenção maliciosa que achamos, é censurável.

O sr. Quilse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Se eu for conceder o aparte a todos que me pedirem, sobre o assunto, não poderei me desincumbir da missão para a qual vim aqui. E como a ordem para se vir ao Grande Expediente esta muito além, só poderei retornar daqui a um mes, e o assunto perderá a oportunidade. Desejo sugerir em breve, uma alteração no Regimento Interno, porque há necessidade de que assuntos urgentes, tenham precedência para se falar. E o caso, por exemplo, do meu proposito na tribuna hoje, porque eu deveria ter falado ontem já, para não perder a oportunidade, como o caso do deputado Antonio Maciel, que veio de um congresso no Espírito Santo e tinha que fazer o relato e nao podendo faze-lo daqui um mês, porque perderia a oportunidade. Então vamos estudar uma alteração no Regimento, para possibilitar que assuntos de urgência, sejam tratados com precedência.

Darei ao deputado Quilse, o aparte, mas por favor, seja breve, porque ainda terei que dar a vez ao deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Quilse Crisóstomo — Ao ouvirmos o pronunciamento do deputado Alvaro Dias fomos obrigados a descer da Mesa para um esclarecimento. Dizia le que não havia nas interinmas, segundas intenções. Quero relatar um fato rapidamente. Ao vir para esta Assembléia hoje o motorista do taxi me perguntava: — e ai está o drama, e ai esta o reforço que eu faço às palavras do deputado Paulo Poli quando disse da malícia das entrelinhas. Perguntava o motorista de Taxi: — Deputado, mas se for cassado o Presidente e o Vice-Presidente da Assembléia, quem é que assume a Presidência?

— Era s óisso ue eu queria relatar. Muito obrigado.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Antonio Lopes Júnior, desnecessário seria que no intuito a êste aparte que eu faço a V. Exa. renovasse aqui a minha confiança, nos nobres deputados Presidente e Vice-Presidente desta Casa, quanto à me-

dida que foi proposta pela Procuradoria Geral da República; tenho a certeza de que ao final, o inquérito concluirá pela absoluta impropriedade da denúncia. Não tenho dúvidas quanto a isso. Mas vejo nesta situação toda, não só o acirramento da imprensa, mas também, nobre Deputado, a causa primeira que determinou esse acirramento. Isto começou em 31 de março, quando S. Exa. e sr. Governador do Estado veio a esta Casa e, é preciso que se diga, quando V. Exa. hoje assume a tribuna, para caracterizar talvez um pré-julgamento da imprensa paranaense, quanto os nobres Deputados que dirigem esta Casa. Quero lembrar a V. Exa. que parece que nós vivemos nos dias de pré-julgamento. E é preciso que todos nós lembremos disso, porque ontem, ao tomar conhecimento do manifesto que a bancada da Arena nesta Casa, por sua maioria, através do qual esta bancada hipotecou solidariedade ao sr. Haroldo Leon Peres, vi que ali também havia um pré-julgamento, porque atribuía ao sr. ex-Governador do Estado, responsabilidade por dívidas astronômicas, responsabilidades por vultosas verbas dadas à imprensa do Paraná. Isto estava no manifesto e era um pré-julgamento. Pré-julgamento seríssimo, porque existe nesta Casa, já foi aprovado, um requerimento pedindo a constituição de uma Comissão para apurar possíveis faltas da administração anterior. Ora, ali também, V. Exa. há de reconhecer, havia um pré-julgamento, o que eu não vejo na notícia estampada no "O Estado do Paraná".

Vamos adotar o mesmo péso e a mesma medida. Se existe pré-julgamento na notícia estampada, existe também pré-julgamento no manifesto, através do qual a Arena hipotecou solidariedade ao Governador. Vamos usar o mesmo péso e a mesma medida, é a proposição que trago no aparte que reconheço está prejudicando aqui que V. Exa. desejaria dizer dessa tribuna. Agradeço a V. Exa. a gentileza de me haver concedido o aparte.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Agradeço os apartes de todos e quero dizer que nunca este País precisou tanto da compreensão dos seus filhos; nunca este País precisou tanto de calma e tranquilidade para o trabalho; nunca os brasileiros necessitaram tanto de que os irmãos brasileiros se entendam, falem a mesma linguagem e não estejam, à semelhança de nos tempos bíblicos, quando se erguia aquela Torre em que se pedia tijolos e traziam água; é preciso que haja um entendimento.

Não se compreende, pois os homens toda a vida procuraram o entendimento entre si. Antigamente, era difícil a comunicação, então preciso que um mensageiro fosse a pé, quilômetro e quilômetros, para levar sua mensagem oral. Depois veio a comunicação mais fácil: a cavalo; depois veio a correspondência, os troleis, os ônibus; veio o telégrafo, o telefone e hoje o mundo está mais perto; as cidades estão unidas umas as outras. Os países estão unidas uma as outras. Os países estão unidos uns aos outros. Temos comunicação com toda a parte ao mesmo tempo e, no entanto, os homens não se entendem. É porque falta alguma coisa, falta colocar os pés no chão da realidade e os olhos voltados para o futuro da Pátria. Falta a humildade cristã para que todos reconheçam que acima de tudo está Deus Nosso Senhor a quem devemos prestar contas de nossos atos, de nossos deveres, de nossas omissões, daquilo que deixamos de fazer, porque iremos prestar contas, não só do mal que fizemos, mas do bem que não praticamos. Como homens públicos temos uma responsabilidade dobrada, temos mais responsabilidade. Teremos que um dia partir daquilo a que ninguém escapa, pobres ou ricos, brancos ou pretos, potentados ou pequenos, todos teremos que passar por isto, todos teremos que passar por isto, todos teremos que morrer um dia e nosso corpo vai ser carregado, se for em cidade pequena, pelas mãos de nossos amigos, ou em carro se vivermos em cidade grande, mas o corpo vai para o cemitério e neste instante teremos que comparecer em espírito perante Deus Nosso Senhor, e ali não teremos advogado para defesa, teremos que responder por nossos atos e omissões.

Vamos então nos compreender mais, trabalhar mais, atentar mais para

nossos deveres porque para Deus e para a Pátria temos que marchar em busca da destinação histórica do País.

É por este motivo que estou na tribuna e o deputado Paulo Poli, ao me oferecer o aparte, parece que adivinhava o que eu iria falar na tarde de hoje. Queria fazer referência ao vibrante discurso do meu amigo e colega líder do MDB, deputado Nivaldo Krüger e o faço com a maior sinceridade, com a maior tranquilidade, com a maior paz de espírito e aqui me encontro, sr. Presidente, na condição de um parlamentar da ARENA e não faço isto por um dever de ofício, por uma obrigação, mas, sobretudo, por um dever de consciência.

Disse muito bem o deputado Paulo Poli da situação anterior a 31 de março de 1964. Nós estivemos nesta Casa como suplente nos anos de 63 e 64 e vemos que hoje é muito bom, é muito fácil defender a Revolução, defender o Governo da Revolução, mas naqueles anos, começando em 62, depois em 63 e até 31 de março de 1964 pelo meio dia, era conflagrador, era triste, era doloroso, era duro, era difícil que alguém tivesse a coragem cívica de vir à Assembléia e defender os postulados cristãos de nacionalismo do País, com a invasão subversiva que parecia tomar conta de todo o Brasil.

Estive em missão especial, quero revelar neste instante, na cidade de Pato Branco nos fins de 63, tive a missão especial de movimentar o povo, de levantar o ânimo do povo, começando com as congregações religiosas, chamando as mulheres, os homens, os lavradores para a praça pública, porque se anunciava a ida a Pato Branco do célebre deputado federal Julião que liderava a subversão da ordem no Sudoeste paranaense. Quantas e quantas vezes lá estivemos com o Secretário desta Casa, deputado Ivo Tomazoni, que era o Prefeito e lá estava presente quando uma vez fomos atacados em plena conferência, quando levávamos um estudante para falar aos estudantes de Pato Branco.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para lembrar a V. Exa. que se havia coragem nos homens de oposição anteriormente a 64, quero que V. Exa. reconheça que deve ainda existir muito mais coragem nos da oposição, nos dias de hoje. Porque, quando V. Exa. ocupava a tribuna, tinha uma garantia, uma Constituição lhe garantia certos direitos. Hoje, não temos isto. Temos toda insegurança quando comparecemos à tribuna. Naquele tempo, nobre Deputado, não havia Ato Institucional. E se havia coragem nos homens da oposição, a coragem hoje, é talvez maior, aos homens que fazem oposição nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Nobre Deputado, não apenas acho interessante, mas até louvo a coragem cívica. A oposição é necessária, a oposição é imprescindível.

Mas, quero dizer, nobre Deputado naquela época nós tínhamos as franquias integrais, tínhamos uma Constituição, mas não tínhamos as garantias das autoridades. Fomos, muitas vezes, ameaçados, quantas vezes, sofremos pressões; quantas vezes, fomos ameaçados de morte; fomos interceptados nas estradas, tínhamos que andar armados, quando antes nunca tínhamos feito isso. Deitava-se, mas não se sabia como ia amanhecer. As notícias eram formidáveis, extraordinárias; notícias de invasão de técnicos russos; de invasão de técnicos de Cuba; de técnicos da subversão internacional, que achavam que o momento era propício para o Brasil enveredar para o comunismo.

E nós sentimos o seu resultado. Encontramos no Sudoeste do Paraná, estudantes que foram, às instâncias do Governo, estudar em Cuba, e de lá vieram preparados para fazer a subversão em nossa Pátria.

O sr. Quielise Crisostomo — Nobre Deputado, gostaria de saber a qual segurança se refere o nobre deputado Sebastião Rodrigues. A segurança é a mesma, talvez até esta segurança tenha aumentado, como muito bem disse

V. Exa., deputado Antônio Lopes Júnior. Apenas, realmente, não há segurança para quem porventura, deseje subverter a ordem. Não é uma acusação, é apenas uma análise comparativa de antes e depois da Revolução.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas desejo esclarecer o que é segurança; que segurança aumentou. Talvez seja a segurança nacional. Porque, na verdade, porque realmente, podemos verificar que a insegurança é maior que outrora. E o próprio Presidente da República reconhece isso, embora tente justificar as razões.

Apenas desejo dizer ao nobre deputado Quielse Crisóstomo que não estou aqui para subverter nada e dizer que é fácil levantar suspeitas sobre Deputados da oposição.

Não estamos nesta Casa para subverter, estou na oposição porque estou convencido de que ela preenche um dos requisitos fundamentais da Democracia. Oposição é peça fundamental da Democracia.

O sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Fui bem claro, não era uma acusação ao nobre deputado Sebastião Rodrigues, ele não a merece. Mas, termino aqui formulando uma pergunta, qual a insegurança que S. Exa. sente após a Revolução?

O SR. LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados, peço que não se estabeleça diálogo. Pediria aos srs. Deputados que falassem no Pequeno Expediente, ou depois que eu tratasse do assunto que me traz à tribuna.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre deputado Antônio Lopes Júnior, devo manifestar a minha satisfação em tê-lo pela frente, propondo-se dessa tribuna, reparar, contestar, criticar o meu pronunciamento.

E digo que me sinto honrado com isso, porque V. Exa. é um dos grandes valores desta Casa, do Paraná. Valor moral e valor intelectual. Conheço bem V. Exa., e o respeito profundamente. Daí porque a minha satisfação.

Entretanto, ilustre Deputado, gostaria que V. Exa. entrasse objetivamente no ponto a ser reparado, porque com a brilhante inteligência de que é possuidor, V. Exa. pinta o quadro do pré-revolução, acentuando as cores em certos pontos com os quais estou de acordo com V. Exa., pois o meu pronunciamento, longe está de propor o retorno à anarquia daquele período, nem de longe eu pensei nisso. Então, pediria a V. Exa. que entrasse objetivamente nos reparos que tem a fazer, porque o contrário dá a impressão aqueles que não estiveram aqui naquele dia e não ouviram meu discurso, de que eu estaria a pleitear o retorno a um estado de coisas que todos os brasileiros, todos os partidos e todos os homens de bom senso estão a repudiar.

O SR. ANTÔNIO LOPES JUNIOR — O aparte de V. Exa., deputado Nivaldo Krüger, é bastante oportuno e V. Exa. e os demais Deputados devem convir que fui levado a essa divagação, por circunstâncias do momento. Aquêles que falam de improviso, sentem às vezes o coração palpitar mais forte e a gente tem que aproveitar a oportunidade.

Foi justamente por isso essa ligeira divagação, mas que também se faz necessária para situar o quadro atual. Longe de mim de pensar qualquer coisa a respeito de V. Exa., como desejando o retorno aos dias tenebrosos de 64, porque conheço muito bem as origens filosóficas de V. Exa.. É uma honra para mim vir justamente apor certos reparos às palavras de V. Exa. porquanto quero, antes de tudo, oluvar a oposição, a brilhante barcada do MDB, não só que aqui estão ou estiveram. O ilustre deputado Alencar Furtado, o ilustre deputado Sílvio Barros, o ilustre deputado Eurico Rosas, eles, por exemplo, enaltecem esta Casa nas Comissões Técnicas e no Plenário. E os Deputados do MDB que aqui estão, continuam aquela mesma escalada, enaltecendo o Poder Legislativo. E o deputado Nivaldo Krüger, jovem, entusiasta ardoroso e que é como eu representante do interior na

ranaense é de Guarapuava, como eu sou de Iratí, sente na alma sente na carne o sofrimento do povo brasileiro, porque nós que viajamos de jipe, de rural e nunca de avião ou helicóptero, nós que viajamos a cavalo e andamos a pé, nós que entramos na casa do caboclo, que tomamos o seu café amargo, que conhecemos o seu sofrimento, sua desdita, que conhecemos as favelas, que entramos na casa pobre e vemos quantas famílias têm uma casa mas não têm um lar, porque têm apenas uma coberta onde se dorme, onde se come e onde se recebe visitas, no mesmo compartimento, nós somos sensíveis às dores do povo e muitas vezes nos inflamamos e ouvimos alguma coisa, como ouvimos o ilustre deputado Nivaldo Krüger, que veio de Pôrto Alegre, onde ouviu a manifestação de diversos oradores, o manifesto do MDB, inclusive a parte que está errada. É natural que S. Exa. como qualquer um de nós venha inflamado do desejo de externar o que vai no coração para chamar a atenção de todos no sentido de encontrar uma fórmula para minorar o sofrimento do povo, para fechar a ferida do povo.

Disse S. Exa. que não se permite que as gerações de jovens participem da vida pública. O nobre Deputado não tem razão e como resposta temos aqui mesmo dentro desta Casa na ilustre bancada do MDB, além de outros, dois jovens, o próprio líder é um jovem, dois jovens que vieram de Londrina e que desfilam, quase todos os dias na tribuna demonstrando o seu calor e o seu valor oratório; temos Cândido Manoel de Oliveira e outros Deputados da Arena jovens e que vieram para a vida pública justamente porque se fez a revolução neste País. Deu-se assim oportunidade a esses jovens como se deu ao deputado Lázaro Dumont, que veio de suas lides sindicais e que está representando condignamente o povo.

Aqui está a representação desta Casa renovada em mais de 50%. Nunca isto aconteceu. Em tempos passados a vinda de novos Deputados era um problema, dificilmente se renovava em 20%. Agora dos 47 Deputados 26 são novos. Esta é uma prova que o sistema eleitoral modificou-se, está diferente dando, assim, oportunidade a todos.

Dizia o sr. Deputado Nivaldo Krüger que desenvolvimento não é apenas uma parcela. Quando S. Exa. assim se expressou, disse uma grande verdade, verdade com a qual estou perfeitamente de acordo. Quando o corpo está totalmente enfermo, com as pernas paralisadas, os braços sem se mover, com o coração tropeço, não adianta dar oportunidade a que as mãos se movimentem, é preciso que o corpo todo esteja curado.

Temos perfeitamente mentalidade de integração. É preciso que tudo isto esteja integrado. Esta é a idéia dos tempos modernos. Antigamente viajávamos de trole, caminhando num trotar pelas estradas estreitas e cheias de curvas. Quando observávamos pela janela do trole víamos uma parcela, um pedaço de paisagem; era a reiva macia que convidava ao descanso; era o riacho cantante que lembrava a sede. Quando entrávamos numa cidade com o trole víamos pela janela apenas uma parcela da cidade, apenas um chaminé que nos lembrava os operários das fábricas; ao passar por uma escola víamos a professora falando com seus alunos, isto fazia com que nos lembrássemos do problema educacional, do problema do ensino, dos alunos que passam fome, das crianças do Brasil.

Hoje se viaja de avião e quando passamos por uma cidade vemos o panorama integral da cidade; as escolas, a saúde pública, o ar poluído, a água poluída, são todos os problemas ao mesmo tempo; há o problema das fábricas, da produção, da agricultura. Num passar de olhos vemos tudo. Os tempos modernos não exigem mais que façamos as coisas parceladamente, temos que fazer de um modo integral.

O Presidente Medici tem dado sentido de integração nacional, quer integrar tudo. O Projeto de Integração Social, por exemplo, que é apenas por uma parcela do iaturamento, uma parcela do Imposto de Renda, espera, dentro de quatro anos, dar um fundo rotativo, tão importante que dará a felicidade material de tranquilidade ao operariado brasileiro. Isto, Sr. Presidente,

srs. Deputados, é um trabalho de fôlego, de longo alcance para amanhã, não é para hoje, porque a Revolução, o Governo da Revolução não pretende plantar couve para o dia de hoje, mas carvalho para os dias futuros. Estamos preparando o Brasil dos nossos netos, o Brasil dos nossos filhos, caríssimos ouvintes, a Assistência ao Trabalhador Rural que há poucos dias foi abordado aqui por Lázaro Dumont. Que coisa extraordinária, seja-me permitido relatar um fato ocorrido em 63, numa cidade pequena do interior. Chegou um senhor da colônia, da lavoura, cuja mulher estava para ganhar criança e veio trazê-la para a casa do seu irmão na cidade. Hospedou-se lá e a criança nasceu. Coincidiu que a espôsa de seu irmão, que morava na cidade, ganhara um filho anteriormente e uma tarde em que todos estavam jantando em casa, chegou o chefe da casa e trouxe um monte de dinheiro e pôs em cima da mesa dizendo: Minha mulher, êste é o abono que o INPS pagou pelo nascimento de nosso filho e o pobre colono, aquêle formidável lutador da enxada, que arrancava da terra o produto para alimentar a cidade, êste homem com a colher de sopa segura na bôca sentiu que a sopa não corria para dentro e sentiu que internamente corriam lágrimas de sofrimento e de revolta. Ele não disse nada, mas no seu pensamento fervia esta palavra: Por que será, meu Deus, que meu irmão de sangue é diferente, tem privilégios diferentes para receber alguma coisa pelo nascimento de seu filho, e só porque mora na cidade, e eu que trabalho, que me esforço, que ajudo a construir a grandeza nacional, não tenho o direito de receber coisa alguma, de poder levar minha espôsa para o hospital por conta do Instituto, não tenho assistência nenhuma? Mas agora, sr. Presidente, aí está o grande Projeto, que é o Projeto de integração nacional.

O SR. PRESIDENTE — Lembro a V. Exa. que falta apenas um minuto para concluir sua oração.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Lamento que o tempo tenha passado e que V. Exa. que havia prometido fazer reparos ao discurso do nosso Líder, até agora não o fez.

O SR. ANTÔNIO LOPES JR. — Quero dizer que anotei alguns tópicos. Não permitem que a geração nova participe da vida pública e que o desenvolvimento não é de apenas uma parcela, é de todo o Brasil, o Projeto de Integração Social, a Transamazônica que é a grande obra de integração nacional. Portanto, o Governo da Revolução não está alheio a êste problema matemático, técnico do Século XX, mas está procurando resolver englobadamente. Diz S. Exa. que é preciso trabalhar para não entregar o País ao estrangeiro, e é justamente isto que está fazendo o Governo da Revolução nas lutas pelo café solúvel, pelo café brasileiro e por êste Projeto de grande significado nacional, que é o Projeto das 200 milhas marítimas, que tantas vezes se falou mas que ninguém teve a coragem de fazer. O Presidente Médici teve coragem, o desassombro de enfrentar grandes potências, dizendo que ninguém pode se meter aqui, nas nossas 200 milhas marítimas. Falou S. Exa. o nobre Deputado em municipalismo. Municipalismo é assunto que dá para falar horas. É verdade que nem tudo está acertado, é preciso ir acertando aos poucos. É isto que está ocorrendo.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Lamento que o tempo se está esgotando, mas o assunto é de grande importância, exatamente isto, ilustre Deputado, sôbre os erros, que nós entendemos, estejam sendo praticados, que nos atemos, nós do MDB, a um programa que vise encaminhar a vida político-administrativa do País pela rota mais certa.

Cumprindo a missão que nos cabe como partido da oposição, creio até que nós temos o mesmo objetivo que é o da grandeza nacional, que é o do engrandecimento do nosso País. Tanto nós do MDB, quanto os srs. da ARENA, andamos na mesma dimensão a nossa Pátria.

Entretanto, cumprindo missão que nos cabe, de reparar os erros, de re-  
parar as distorções, é que nós do MDB nos temos a um programa pela ro-  
ta mais certa, capaz de atingir o mais breve possível, os objetivos do en-

grandecimento nacional. Entendemos que V. Exa. tem razão, mas apenas neste meu aparte, eu só pedia, que quando se critique essas faltas, também se dê um crédito de confiança e também se engrandeça os fatos que estão sendo feitos pela grandeza do Brasil. Era o aparte.

O SR. ANTÔNIO LOPE S— Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

A Mesa tem o prazer de anunciar a presença no Plenário dos srs. Orides Pagnossi, digníssimo Prefeito Municipal de Florida; João Souto Mello, prefeito municipal da cidade de Lobato. Da mesma forma, a Presidência anuncia com satisfação a presença, nesta Casa, do sr. Antônio Segato, vereador da Câmara Municipal de Flórida.

Aos ilustres visitantes os nossos cumprimentos.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 218.69, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Jardinópolis, Município de Leopólis, para funcionar a partir do ano letivo de 1970. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 218.69**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Jardinópolis, Município de Leopólis, um ginásio estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de Setembro de 1970

aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Roberto Galvani — Relator

Aguinaldo Pereira Lima

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 258.69, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Professor Sátilas do Amaral Camargo”, um dos Estabelecimentos Educacionais do Estado. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 258.69**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “Professor Sátilas do Amaral Camargo”, a um dos estabelecimentos educacionais do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de Setembro de 1970

aa) Ivo Tomazoni — Presidente

João Mansur — Relator

Fabiano Braga Cortes

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44.70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naque-

le Município. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com **EMENDA**. — **Aprovado o Projeto e emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59.69, de autoria do deputado Silvío Barros, fica assegurada a prerrogativa para distribuição de bôlsas de estudo através dos Senhores Deputados para o ensino médio. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — **Aprovado.**

O SR. SANTOS LIMA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Por ocasião da 2.a discussão deste Projeto, foi apresentada uma emenda, que deve ser dada preferência na votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece ao nobre Deputado, que na confecção da Ordem do Dia, houve um lapso, e não constou a emenda. Mas ela será votada englobadamente.

Em discussão a emenda de autoria do sr. deputado Santos Lima. — **Aprovados — Projeto e emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211.70, de autoria do dep. Luiz Cruz, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100.00 à viúca Lúcia Maria Teixeira Costa. Sem Pareceres em **REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sôbre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à Comissão Executiva Nacional na ARENA. — **Aprovado.**

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Eu fiz um apêlo agora na votação do requerimento para discutir a matéria. Entretanto, V. Exa. pelo que me parece não ouviu, quando solicitei a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Exatamente, eu ouvi, mas não posso precisar se foi na hora oportuna, pelo que me parece foi depois da votação, peço a V. Exa. Deputado que me perdoe se isso constitue falha.

A Mesa esclarece ao nobre Deputado, que infelizmente, esta Presidência não ouviu; a matéria está vencida.

O SR. NIVALDO KRÜGER. Percebi que V. Exa. não ouviu. Não estou fazendo críticas a V. Exa..

Sr. Presidente, já que estou com a palavra pela ordem, isto me parece, queria ressaltar um projeto de lei da Ordem do Dia, que autoriza uma pensão mensal de 100 cruzeiros à viúva fulana de tal...

Acredito, sr. Presidente, que realmente ela mereça essa pensão, entretanto existem milhares de viúvas que estão nessa mesma situação, e é necessário que a Assembléia vote, de uma forma genérica e não de forma a beneficiar uma pessoa, o que pode parecer até inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont. — **Aprovado.**

Requerimento — de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao município de Imbituva, pelo transcurso do seu 1.º centenário, dia 3 próximo, pedindo designação de Comissão para representar a Assembléia Legislativa, nas comemorações daquele dia. — **Aprovado.**

Esta Presidência designa os srs. deputados Antônio Lopes Júnior e João Mansur, para representarem o Poder Legislativo nas comemorações do 1.º centenário de Imbituva.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao deputado federal Agostinho Rodrigues, pelo fato de sua eleição para Presidente da Comissão de Segurança Nacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do

Expediente, solicitando seja encaminhado officio ao sr. Lineu Klupel, Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado. Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — A discussão será adiada para a próxima sessão. Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestões ao sr. Presidente da Telepar, no sentido de adquirir os telefones de União da Vitória. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Maciel, constante do Expediente, solicitando sejam endereçados telegramas aos srs. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado memorial ao sr. Secretário dos Transportes que solicita uma ponte sobre o rio Jordão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli e Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao sr. Presidente da República, congratulando-se pela regulamentação das cotas do de rami. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias constante do Expediente, solicitando seja encaminhado officio aos srs. Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil S. A. e Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de um estudo meticoloso sobre a situação econômica d rami. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias constante do Expediente, de sessão anterior, solicitando informações ao Instituto de Previdência do Estado. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informação ao Diretor do DETRAN. — **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei n.os 233-68, 321-68;

**3.a DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.os 197-69, 210-69.

Levante-se a sessão.